

1. Ata da reunião conjunta do grupo de trabalho adhoc do CCR Sul sobre as devoluções e do comité de direção (SC) SIMBAD “Seleção no mar para reduzir as devoluções”.

Data: 20 de janeiro de 2015 (08:45-12:30).

Local: Ministério da Agricultura e das Pescas, Praça do Comércio, Lisboa, Portugal.

2. Projeto de agenda inicial. 08:45 Receção de boas vindas dos participantes. Validação da ordem de trabalhos da reunião. 09:00 Ponto de informação sobre a implementação das obrigações de desembarque (omnibus). 09:45 Primeiras opiniões sobre o Atlas das Devoluções (a aguardar confirmação). 10:30 *Coffee break*. 11:00 Primeira análise sobre os principais problemas relacionados com a implementação das obrigações de desembarque (LO) em 2016 e eventuais soluções. 12:15 Validação da metodologia de trabalho. 12:30 Fim da reunião

3. Participantes (incompleto): Luis Arregi (AZTI, SP), Miren Garmendia (OPEGUI, SP), Josu Ezennarro (Feder. Cofradías Gipuzkoa, SP), Cristina Rosa (DGRM, PT), Antonio Cabral (ADAPI, PT), Jeronimo Rato (AAPLZO, PT), Torcuato Teixeira (PescaGalicia, FFMS, SP), Quiterie Sourget (CDPNEM29, FR), Jerome Jourdain (CDPMEM 64-40, FR), Serge Larzabal (CNPNE, FR), Julien Lamothe (ANOP Pecheurs de Bretagne, FR), Alexandre Mousseigne (SWWAC), David Milly (FEDOPA/OP Pecheurs de Aquitaine, FR), Aurélien Henneveux (OP Pecheurs d’Aquitaine, FR), (Jean-Marie Robert (SWWAC), Cintia Machado (Lotacor/EAFE, PT), Teresa Fonseca (SWWAC), Enrique Paz (OPACAN, SP), Tomas Fajardo (OPAGA, SP), Sergio Lopez (Federacion Gallega Cofradías, SP), Eduardo Miguez (Puerto de Celeiro, SP), Jose Manuel Beltran (OPP-07-Lugo, SP), Fernando Trino (DGRM, PT), Marisa Batista (LPN, PT), Bjorn Stockhausen (SAR), Javier Lopez (Oceana, SP), Juan Manuel Trujillo (ETF), Jose Fernandes (Federação das Pescas, Açores, PT), Filipa Saldanha (Gulbenkian Oceans Initiative - GOI, PT), Cleofe Carballo (Cofradia Corralejo), Jose Manuel Ortiz Sanchez (OPTUnA, SP), Luc Corbisier (SDVO, BG). FR, PT, SP, e BG correspondem aos países (línguas): Espanha, França, Portugal e Bélgica. A reunião tem tradução em FR, SP e PT.

4 Reunião

4.i) Receção de boas vindas dos participantes. Validação da ordem de trabalhos da reunião. Jean-Marie Robert deu as boas vindas aos participantes, com especial referência a Filipa Saldanha (GOI, convidada como observadora SIMBAD). Os presentes foram informados de que a administração dos Estados Membros (MS, espanhola e francesa) não poderia estar presente na reunião porque tinha compromissos importantes já assumidos. Foi explicado que, como ambas as reuniões (devoluções Adhoc e comité de direção SIMBAD) têm os mesmos objetivos que é discutir a proibição de devolução (em outras palavras as obrigações de desembarque, LO) foi decidido que uma reunião conjunta terá lugar no âmbito de reduzir os custos financeiros. A ordem de trabalhos da reunião foi aprovada.

4.ii) Ponto de informação sobre a implementação das obrigações de desembarque (omnibus). A adoção bem-sucedida dos planos de devoluções em dezembro de 2014 foi considerada uma referência. Foi referido que a Comissão Europeia (CE) tem perguntas e respostas (FAQs) no seu site sobre as obrigações de desembarque (LO). Os membros foram convidados a fazer um ponto de situação sobre a implementação das obrigações de desembarque (planos de devoluções) em cada país. **4.ii.a) A França** ainda não implementou a obrigação de desembarque, nem as modalidades de controlo. Uma reunião sobre a implementação das obrigações de desembarque em fevereiro deverá ter lugar com os Estados Membros. **4.ii.b) As pescarias belgas** não preveem qualquer problema porque as suas pescarias não exploram espécies pelágicas. **4.ii.c) O setor das pescas portugues** incluindo ADAPI teve uma reunião em 2014 com a administração nacional DGRM em relação aos planos de devoluções pelágicas nas zonas VIII e IX. As pescarias pertencentes ao ADAPI são principalmente de arrastões de fundo e foram excluídas. As pescarias portuguesas selecionadas para as obrigações de desembarque 2015 incluem as pescas artesanais que visam o carapau, cavala e espécies migradoras (atum voador, *Thunnus alalunga*). **4.ii.d) A questão espanhola** sobre o que fazer com a captura desembarcada indesejada que não pode ser utilizada para consumo humano (com a falta de fábricas) é problemática, especialmente nas ilhas. As espécies estranguladas também parecem ser um problema em Espanha, a seletividade não foi mencionada. Foi dado um exemplo com quota insuficiente (não com indivíduos de tamanho inferior). JMR respondeu que as questões de flexibilidade são da responsabilidade dos Estados Membros, e o trabalho tem que ser feito em matéria de regulamentação. Há aqueles que acreditam que o CCR Sul deve ser mais exigente, e uma interação mais dinâmica com os grupos dos Estados Membros é necessária. Um espírito de colaboração entre associações, incluindo reuniões para explicar os prazos (programações) foi solicitado. Existem 3 principais questões relativas à omnibus, segundo Cristina Rosa (DGRM): i) as aplicações são apenas em 2015; ii) os desembarque que não podem ser aproveitados para consumo humano e iii) possibilidade de desembarcar indivíduos abaixo do tamanho mínimo de desembarque (MLS). Omnibus pode não estar pronto a tempo.

4. iii) Atlas das Devoluções Demersais (SWWDDA) e devoluções. A reunião foi preparada sob a hipótese de que o SWWDDA estaria disponível para a reunião. O SWWDDA não foi disponibilizado para a reunião. O atlas das devoluções demersais deve estar pronto até meados de fevereiro. A reunião prosseguiu com cada país a fornecer um ponto da situação sobre as devoluções e a existência de projetos (seletividade). **FR) A frota francesa** consiste numa multiplicidade de arrastões, palangreiros e navios com redes de fundo. A frota de arrasto francesa que tem como alvo peixes e cefalópodes está atualmente a tentar encontrar soluções para reduzir a quantidade de devoluções. As boas práticas de pesca, tempos de imersão, isenção de sobrevivência (ou seja *lagostim*), tamanho mínimo de referência de conservação (MCRS) estão a ser discutidos. Por exemplo, o tamanho mínimo

regulamentado europeu é 7,50 mm enquanto que a nível nacional o tamanho mínimo é de 9 mm. Há também dispositivos que reduzem as devoluções, um estudo está a ser realizado sobre a sobrevivência do *lagostim* e ver quais são os dispositivos seletivos mais adequados. Solhas e arraias são também espécies adicionais que estão a ser analisadas. Até ao final do ano são esperados alguns resultados interessantes no que diz respeito à alteração das malhagens mínimas. Em relação às capturas acessórias (ou seja demersais e pelágicas) alguns dos dispositivos serão aplicáveis. Os sacos T90 com malhagem obtiveram resultados interessantes com as espécies pelágicas em relação aos arrastões franceses (projeto REDRESSE). São ainda precisos alguns testes para ver o efeito das capturas acessórias. Verificou-se que a obrigação de desembarque não é uma ferramenta, as ferramentas disponíveis para as práticas de pesca serão a nível individual. Para concluir, existe um longo histórico de programas de seletividade (*lagostim* e pescada) e isenções de sobrevivência para o *lagostim* serão solicitados. **BG) As frotas com redes de arrasto de vara** têm uma alta taxa de devoluções, especialmente no Mar do Norte onde a solha alvo é apanhada com uma grande percentagem de linguado. Até 60 por cento do linguado é subdimensionado e deve ser rejeitado. O principal motivo da devolução está relacionado com o tamanho mínimo de desembarque da solha e do linguado (24 cm e 27cm, respetivamente). A forma biológica do linguado aumenta o problema das devoluções. A introdução de uma malhagem T90 resolveu apenas uma parte do problema (seletividade reduzida). Existem projetos pilotos para analisar as taxas de sobrevivência do linguado e ensaios experimentais para separar as duas espécies na rede de pesca. A composição das capturas de linguado e solha no Mar do Norte é de aproximadamente 60 e 40 por cento, respetivamente, enquanto que no Golfo da Biscaia a captura média de linguado é muito menor, apenas 10 por cento. Assim no contexto da futura obrigação de desembarque, a do Golfo da Biscaia não é a mesma que para o Mar do Norte. **SP) Em Espanha**, não foi realizada nenhuma reunião. Em relação aos cercadores com rede de cerco (e espécies pelágicas), a elevação da quota pode resolver o problema com este tipo de pesca. No setor de pesca espanhol pode haver um problema de controlo. Por exemplo, a documentação das capturas do biqueirão e cavala, a lei obriga a documentar as capturas com valores exatos porque estas espécies estão abrangidas por uma quota. No entanto, os valores das capturas podem ser diferentes dos desembarques. Com as máquinas de classificação/separação (“classificadoras”) a captura seria estimada com precisão, o tempo do processo humano de classificação seria reduzido (e a captura não estaria arruinada). A indústria pesqueira espanhola está a colaborar em projetos pilotos, incluindo estudos com o instituto de pesquisa AZTI. O representante da AZTI (e membro do comitê de direção SIMBAD) Luis Arregi explicou que o objetivo do projeto de sobrevivência visa determinar a probabilidade de sobrevivência com a implementação da obrigação de desembarque. Neste estudo, foram utilizadas máquinas de sucção e classificação, o peixe passa dentro da máquina e aquele que seria devolvido é colocado dentro de uma caixa. Se a separação é manual, as espécies não sobrevivem. No entanto, estas máquinas separadoras serão proibidas a bordo dos navios. É da opinião do membro espanhol que este regulamento deve ser uma decisão regional (isso irá implicar uma modificação no regulamento da UE 850/1998, Artigo 32). O uso da máquina classificadora a bordo irá facilitar a obrigação de desembarque para a pesca pelágica. Problemas de quota são a principal razão das devoluções para a pesca de arrasto espanhol, ou seja, a escassez da quota do tamboril. No Mar Cantábrico, as condições são boas, e as devoluções são uma questão política. Propôs-se então a modificação da estabilidade relativa. Acredita-se que as quotas necessitam de ajustamentos, em outras palavras quotas suficientes são necessárias para não haver devoluções. O estudo de caso do Mar Báltico foi mencionado. Resumindo, Espanha tem duas frotas definidas: a frota de arrasto que é definida como uma pescaria de espécies mistas e uma frota de cercadores com rede de cerco que tem como alvo o carapau e o verdinho. O problema das devoluções será provavelmente superado com capturas de 5% e isenções de sobrevivência. **PT) O sector das pescas portuguesas** discutiu a definição das pescas e o faseamento da implementação das obrigações de desembarque na reunião (mencionado acima). Se uma abordagem de pesca/metier é escolhida, os arrastões vão desembarcar sem problema suas capturas no âmbito das obrigações de desembarque para 2016, e em 2019 as obrigações de desembarque serão implementadas. Após a reunião de novembro, foi preparado um documento em português pela ADAPI sobre as obrigações de desembarque e o plano de devoluções, defendendo a redução do tamanho mínimo de desembarque para a pescada. Houve interesse na proposta ADAPI porque o tamanho de desembarque é uma medida de proteção para os juvenis (pescada). Este documento foi disponibilizado ao CCR Sul para ser traduzido para as restantes línguas (francês e espanhol). ASC explicou que a diferença é insignificante ao escolher entre 20 (tamanho mínimo no Mediterrâneo) e 27 cm (Tamanho mínimo de desembarque atual) para a pescada de acordo com o IPMA (Instituto de pesquisa português). O estudo do IPMA estima a captura extra de pescada que poderia ser capturada e desembarcada em peso e número de indivíduos. O tamanho mínimo de desembarque da pescada de 27cm está abaixo do tamanho mínimo de reprodução. Nas obrigações de desembarque para 2016 existem 4 espécies de interesse para o CCR. Relativamente ao linguado e à solha, não há nenhuma pescaria nacional que tenha como alvo essas espécies e as devoluções são insignificantes. Quanto à pescada, o único problema parece ser o tamanho. A utilização das quotas de pescada é de aproximadamente 70%, não sendo totalmente utilizada. A pesca de crustáceos de fundo opera no sul e sudoeste da costa, utilizando malhagens de 55-59 mm e ≥ 70 mm. O *lagostim* é apanhado com uma malhagem ≥ 70 mm, é uma espécie importante com um baixo TAC. Rose shrimp (“Gamba” em português) é a espécie alvo para esta frota. A frota de arrasto que pode ter problemas é a pesca do verdinho (e carapau). Quanto às artes fixas portuguesas, redes de deriva, as devoluções são inexistentes e as taxas de devolução para estas espécies (quatro) são baixas. As artes passivas e fixas não apanham o *lagostim* mas exploram as outras três espécies. Foram abordadas preocupações em relação à condição da captura ser consumida e à documentação das capturas com redes de enredar ou tresmalhos. Por fim, foi referido a importância da abordagem da regionalização, inclusive que as propostas devem ser feitas pescaria por pescaria. Foi lembrado que o STECF tem orientações de sobrevivência, que devem ser seguidas. Foi recomendado a realização de projetos pilotos com a colaboração dos pescadores e a análise do impacto da implementação das obrigações de desembarque de uma forma prática.

Tamanho mínimo, tamanho mínimo de referência de conservação (MCRS), e projetos de seletividade (disponíveis para ser divulgados) foram discutidos. **FR) Mudar os tamanhos mínimos em França não é uma solução**, e é preciso ter cautela quando se considera a diminuição do tamanho. A seletividade será o foco principal em França. O debate será a diminuição das capturas de indivíduos de pequeno tamanho (i.e, juvenis). Embora o tamanho mínimo da pescada possa aumentar os desembarques e ser um valor acrescentado nas capturas, segundo Julien, é necessário analisar a conservação do stock bem como a sua dinâmica. É

preciso escolher e decidir as melhores opções, **PT) A proposta portuguesa sobre o tamanho mínimo da pescada**, mudando o tamanho mínimo para 20 cm (atualmente de 27cm) não faria muita diferença (em termos biológicos) mas teria implicações económicas positivas. Estima-se que o desembarque da pescada em Portugal terá um aumento de mais de 5 milhões de pescadas/ano que correspondem a mais de 400 toneladas. Em Portugal, há alguma influência para trazer toda a pescada para o porto de pesca (e desta forma cumprir as obrigações de desembarque), porque a quota de pescada não foi totalmente alcançada. **c) Espanha** vai apoiar a medida de redução do tamanho de pescada se esta medida não tiver outras implicações sobre o stock remanescente, de acordo com Torcuato. A possibilidade de ser desembarcada para consumo humano foi também mencionada. Javier respondeu que esta medida não é compatível com a PCP e as medidas de conservação, porque as dimensões deveriam ser mais coerentes (compatíveis) com o tamanho reprodutivo. Supõe-se que essas capturas são atiradas ao mar (devolvidas) ou utilizadas como farinha, e segundo Javier nenhuma dessas duas saídas são aceitáveis. Outra questão importante é a estratégia do valor acrescentado e a necessidade de focar o nosso trabalho em propostas técnicas.

iv) Análise dos principais problemas relacionados com a implementação das obrigações de desembarque em 2016 e eventuais soluções. Julien Lamothe observou que a implementação gradual das obrigações de desembarque e as eventuais implicações nas pescarias pelágicas não foi discutido nos debates entre os Estados Membros. Além disso, outras espécies não pelágicas alvo e as capturas acessórias de espécies pelágicas devem ser consideradas para análise. As pescarias portuguesas ligadas ao plano de devoluções demersais é a frota de arrasto de fundo, no entanto esta frota é atualmente uma frota de pesca pelágica com capturas acessórias demersais. A abordagem escolhida para as obrigações de desembarque é a pesca (não as espécies). A definição da pescaria é uma questão preocupante, em outras palavras é a viagem de pesca ou é um período de tempo em que as capturas desembarcadas representam mais de uma determinada percentagem (ou seja 50%). Por exemplo, no caso da pescada, menos de 10% das capturas são a pescada (mas pode variar entre 5 e 15% de pescada, onde 80% das capturas totais são espécies pelágicas), assim essa pescaria não precisa começar em 2016. De acordo com o artigo 15.4, está estipulado que as obrigações de desembarque devem ser implementadas até o mais tardar 2019.

v) Validação da metodologia de trabalho, incluindo o plano de trabalho SIMBAD. Nesta seção a questão relativa à sequência de trabalho e organização dos planos de trabalho, nomeadamente com as ONGs, foi discutida. Alguma preocupação foi demonstrada sobre os pedidos para mudar o tamanho mínimo. Foi solicitado mais coerência e pareceres mais científicos. Javier lembrou que em abril do ano passado na sequência de uma proposta um estudo foi realizado por AZTI. Os resultados mostraram que a mortalidade não seria alta, as ONGs não se opuseram a esta medida. Foi questionado sobre como será a redução do tamanho mínimo solicitada e documentada. Além disso, foi realçado que as sugestões coerentes com a PCP e que facilitam a vida dos pescadores sejam abordadas. A necessidade de ver cada estudo de caso deve ser levado em consideração. JMR solicitou algo mais substancial, i.e. a sobrevivência de 50%. As possíveis mudanças nos comportamentos de pesca (táticas) para prevenir as capturas indesejadas, não só em relação à rede, era uma questão que Bjorn gostaria de ver discutida. Luis Arregi (AZTI) comentou que um inquérito foi realizado no último natal sobre os conhecimentos em matéria de regulamentação nomeadamente as obrigações de desembarque, e percebeu-se que os pescadores têm soluções, ideias e formas, mas estes resultados podem levar algum tempo para ser recolhidos e processados. Restam apenas 5 meses para preparar o próximo plano de devoluções. O objetivo SIMBAD visa a melhoria do conhecimento sobre as devoluções, nomeadamente as razões das devoluções, abordando questões de seletividade. Ficou decidido de que a metodologia deve incluir os minimis e isenções de seletividade, bem como a identificação de espécies com alta sobrevivência. SIMBAD é uma ferramenta informativa para o CCR Sul e pode ser utilizada com a aplicação das obrigações de desembarque. Soluções e recomendações terão de ser formuladas, e a colaboração bem sucedida entre os membros do CCR Sul foi realçada. Existem fundos disponíveis para prosseguir com o projeto SIMBAD porque as despesas foram inferiores aos custos esperados. Houve um segundo financiamento parcial GOI recente.

A.5 Informação adicional. Esta foi a quarta reunião adhoc do CCR Sul sobre as devoluções e a terceira reunião do comité de direção SIMBAD. O presente documento foi redigido em inglês por Tereza Fonseca e Jean-Marie Robert.